



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS - RJ



ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS – CEDIND, REALIZADA EM ALDEIA PARATY MIRIM - PARATY EM 29 DE MARÇO DE 2019.

Presentes: Nino Benite (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim de Paraty Mirim), Eleio Karai (Aldeia Itaxim de Paraty Mirim), Domingos Venite (Aldeia Sapukai), Dirceu de Castro (Aldeia Sapukai), Vanderlei (Aldeia Céu Azul), Vilmar Vilharves (Aldeia Mata Verde Bonita), Açucena Ribeiro (Aldeia Pataxó), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Carmelita Lopes (M. de R. Puri), Zélia Balbina (M. de R. Puri), Marize Vieira de Oliveira (ISPOAJ), Carlos Tukano (Presidente), Monalyza Alves (SUPIRDR), Luana Braz (SUPIRDR), Celso (Secretaria de Estado e Saúde), Diana Anastacia (S.E. C. Economia Criativa), Roseday (S. E. de Educação), Edmir (S. E. A. e Pecuária), Cláudia (S. E. A. e Pecuária), Luiz Henrique (UNIRIO), Carla (UNIRIO), Rosangela (FUNAI), Ludmila (ABA), André (UFRJ), Mario (ICMBIO), Lilian (ICMBIO), Luis Paulo (SEMAM), Cacique Felix (Aldeia Paraty Mirim), Cacique Domingos (Aldeia Sapukaia), Bruno (ICMBIO), Humberto (Sec. Ambiente), Dirceu de Castro (Aldeia Sapukai), Thatiana (FCT/OTSS), Douglas Palmeira (representante da prefeitura de Paraty para assuntos indígenas), Márcio (Representante da prefeitura de Maricá), Mário Douglas (ICM - Chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina), Vice Cacique Roque, Aporirã (representante da Aldeia Pataxó).

1. Apresentação cultural:

Se deu início a apresentação do coral indígena. Apresentação do coral indígena da aldeia de Paraty Mirim juntamente à Araponga.

2. Rodada de Apresentação:

O Sr. Nino fala em Guarani para os caciques mais velhos das Aldeias da região de Paraty; Agradecimento aos Caciques, explica como é o trabalho do conselho; Presidente do fórum o Sr.Vaguinho e a Sra.Tatiana; APA(Área de Proteção Ambiental) Cairuçu. A Prefeitura de Paraty considera uma vitória a saúde Indígena com a manutenção da SESAI(Secretaria Especial de Saúde Indígena), mas o importante é continuar a luta; 40 dias de luta. Logo após o Sr.Douglas e o Sr.Paulo representantes da Prefeitura de Paraty são convidados para compor a mesa. O presidente do CEDIND(Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) Sr. Carlos Tukano pede que todos ali se apresentem para dar início a reunião. Aporirã (representante da

Aldeia Pataxó) destaca que os povos indígenas fortalecem suas bases, é preciso ensinar os indígenas que futuramente irão defender nossas tribos, nossos povos, para que nossas bases futuramente tenham um conhecimento de ponta. Que os chamem para participar e se integrar de toda essa luta.

3. Início da Reunião:

O Sr. Cacique Domingues começa a reunião justificando sua ausência nas reuniões anteriores por conta do trabalho na SESAI; diz que é importante estarmos todos juntos, e sempre lembrar do Sr. Miguel que lutou pela saúde indígena, pela educação, demarcação de terra e agricultura. E continua sua fala dizendo da luta que existe até hoje; a luta pela saúde e pela melhoria da vida dos indígenas; diz que foi acontecendo coisas que foram acabando com os povos indígenas ao longo dos tempos, que trouxeram doenças que antes não existia em nossas aldeias, e que hoje estão recomeçando a viver. Termina a fala dizendo que nossos Jovens estão na luta, e que a 3 anos é Cacique e não quer ser o Cacique pro resto da vida; que alguém tem que se preparar para assumir o seu lugar. O Sr. Cacique Félix disse que chegou até ele o convite para reunião, mas queria saber sobre o assunto que seria discutido hoje e o que iremos conseguir para o dia de hoje; e explica que quando quer algo chama as pessoas até ele; então reforça: “o que queremos discutir hoje?” diz que isso tem que estar claro, e não quer falar, porém tem que falar; diz que precisa de muitas coisas na sua aldeia; uma equipe de saúde; “mas cadê a SESAI?” Quer saber se vão falar da saúde indígena e que precisamos pensar em um caminho, porém está sem entender. Mostrou um documento ao *Jurua**(olhar na legenda ao final da ata); e que falou para a FUNAI(Fundação Nacional do Índio) que precisa de algumas “coisas” mas os *Jurua* nunca vêm. Reforça dizendo que “a FUNAI tem que aparecer; tem que ter um documento, uma proposta, uma resposta à minha necessidade”. Prometeu tem que assumir o compromisso; diz que o que passou, já passou, porém pede ajuda e apoio. Termina a fala a respeito do sentimento de culpa e pede desculpa que pode parecer cobrança, porém é a realidade. O Sr. Cacique Agostinho complementa: “Uma coisa é certa, o que tem de *Jurua* por aí e nós não recebemos nada com isso. O que está acontecendo na nossa aldeia? O povo da nossa aldeia quer saber hoje, o que os *Jurua* vão levar daqui, diz que daqui a 5 anos quer ver o que *Jurua* vai trazer de volta para a Aldeia”; diz que quer ver isso. Após isso diz ficar feliz que o Sr. Toni esteve na aldeia que sentou com o Cacique e perguntou: “o que que vamos fazer?” Ele estava vendo e estava contente e terminou a fala agradecendo. O Vice Cacique Roque começa a falar pedindo que leve para frente este trabalho, que os Caciques mais antigos estão acompanhando os problemas; que precisa começar um trabalho para colocar as necessidades das aldeias que estão surgindo, as dificuldades; que tem que percorrer aldeia por aldeia para se ter conhecimento das necessidades; e brigar juntos para conseguir as melhorias. Diz que sozinho sem ajuda de ninguém não irá conseguir nada; que está vendo que não todas, mas algumas das necessidades vão ser realizadas; que vão conseguir tudo que estamos precisando; que temos que pôr nas nossas cabeças que somos todos iguais de todas as aldeias, nossas necessidades são parecidas com as de outras aldeias, que precisamos lutar juntos. O Sr. Nino completa a fala do Cacique Roqui dizendo que está ali pronto pra ser cobrado e criticado; e por isso quer ir com o conselho nas aldeias, a segunda será Araponga depois Rio Pequeno; Iriri; Sapucaí;

Contexto Urbano. Agradece ao Sr. Toni porque tudo que precisava de mais imediato, foi resolvido. Dado a fala ao Sr. Tukano, ele diz que estamos aqui com todas as Instituições que são para ver os problemas, saber dos problemas; diz que entende toda a burocracia, que já passou por isso, parabeniza a fala dos Caciques e diz ficar muito feliz e que está ali para buscar soluções. Respondendo ao Sr. Cacique Félix na pauta feita com o prefeito de Maricá entrou na questão: titularidade das terras indígenas e não puderam dar uma resposta ao Sr. Félix e quer um posicionamento da prefeitura de Maricá, que temos que arrumar um mecanismo para ajudar e não dificultar mais. Temos que buscar melhoria das estradas, na Aldeia Iriri com problemas de demarcação e falta de luz e água.

4. Ordem:

Mário Douglas do Instituto Chico Mendes(ICM): (sobre a questão da terra) estou representando o Parque Nacional da Serra de Bocaina; uma unidade de conservação, de todas as aldeias do parque as que tivemos mais contato que mais conversamos; que conseguimos envolver parcerias foi a Aldeia Araponga ela é uma aldeia indígena dentro do Parque Nacional; fomos muito bem recebidos lá o que nós fizemos não foi mais que nossa obrigação, eles estavam dentro do parque precisando de uma série de autorizações para ter acesso a uma série de políticas públicas; na segunda reunião que fizemos lá eu levei em mãos as autorizações, que foram para melhoria de estrada, sistema de luz solar, hoje isso não é mais um problema. “Quando for definido os trechos das estradas a gente vai junto a autorização já está dada; em uma tentativa minha de ajudar porque não era a obrigação pedi para os brigadistas refazerem a trilha, porém não tem madeira por isso não aconteceu”. Os próximos passos com a aldeia Araponga são de planejamento ambiental. Em relação às outras aldeias não estão dentro do Parque, então não há necessidade de autorização para as necessidades. Estamos dispostos e disponíveis para construir parcerias com os povos indígenas da Costa Verde. O Sr. Domingos questiona sobre a ausência de luz, e também sobre autorização do IBAMA, como está a interlocução com INEA(Instituto Estadual do Ambiente). O Sr. Douglas diz que não está ciente sobre o problema e que nada foi passado à ele; Paraty tem autorização para liberar a Enel, talvez a mesma tenha encontrado dificuldade para acessar a região. A Sra. Rosângela diz que antes de ontem a secretaria de meio ambiente do município de Paraty falou com a mesma sobre solicitação padrão na FUNAI, um padrão a mais em uma instalação que já existe. O Sr. Douglas tomou a fala agradecendo a todos e se colocando a disposição sempre que precisarem. O Sr. Luis Paulo de Paraty justifica que o Humberto, Diretor de Desenvolvimento Sustentável, não pode estar presente por conta de sua agenda, há dois dias teve em reunião com o prefeito e o chefe de gabinete com a pauta sobre a questão da água; que a região de Paraty Mirim o entorno não tem muitas nascentes e que isso dificulta o abastecimento, que precisa de recursos e de outras estruturas. Que a aldeia sempre teve abastecimento feito pela FUNASA(Fundação Nacional de Saúde) e após sua saída e chegada da SESAI começou a ter problemas com abastecimento, e ainda teve os acontecimentos com as secas dos últimos anos, ocorreu falta de água, a região sofreu com problemas de falta d’água, poços irregulares foram instalados. Foi feito um estudo sobre a área para fazer captação de água para a região; o volume de água captado não comporta pela sua extensão; também não se tem cultura de armazenamento de água. Os técnicos com uma empresa

terceirizada irão passar o dia aqui. Houve o rompimento o que dificulta as duas ações: reservatório e rede de abastecimento; à SESAI cabe buscar alternativas para atender as necessidades. Em até 30 dias a prefeitura prometeu que vai arrumar a estrada, concretar alguns trechos e levará eletricidade oficializada pela ENEL para fornecer a energia necessária.

6. Intervalo para almoço

7. Apresentação cultural

8. Continuação da reunião:

Tatiana do Fórum das Comunidades e do Observatório fala um pouco sobre a luta indígena e o seu apoio às aldeias. Logo após o Sr. Tukano chama a mesa o representante do Prefeitura de Maricá, o Sr. Márcio. É dada a fala a Lilian do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade: ela agradeceu a oportunidade e diz que com a APA é muito mais fácil para reconhecer os direitos das comunidades a APA do Cairuçu foi criada para proteger as comunidades caiçaras ao longo da suplementação em duas terras indígenas e mais duas quilombolas. Além da revisão dos planos de manejo, a orientação a ordem era pra ter uma gestão de território de respeito com as comunidades indígenas para trabalhar em conjunto; a comunidade ecológica de Tamoios também trabalha com o respeito com as comunidades dito isso nós temos todo um manejo de como chegar, como conversar com essas comunidades. Paralelo ao plano de manejo foi feito com a ajuda da UFRJ(Universidade Federal do Rio de Janeiro) um manual de conduta(Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim), que orienta como devemos lidar, como abordar as comunidades indígenas, o protocolo seria uma maneira de se negociar os impactos que estão por vir, ele já está pronto, se encontra na gráfica e buscamos para que esse material fique pronto para ser distribuído no ATL(Acampamento Terra Livre). Além disso Paraty tem o Sítio de Patrimônio Misto - Ambiental e Cultural, estávamos discutindo a liderança desse projeto vendo uma proposta do comitê quem vai gerenciar, aproveitar que teremos reunião agora dia 02/03 onde estará os do Caciques, quero a opinião deles de como gostariam de ser representados , têm o comitê executivo onde está os chefes das comunidades as lideranças dos quilombos então já teria garantido uma vaga para Itaxin e Araponga. Aí tem o comitê gestor de mais alto nível que é o presidente do ICMBIO e o do IFAM está indicado a Coordenação Nacional Quilombola, Comissão Caiçara, fica aqui um convite para o Conselho dos Direitos Indígenas fazer parte deste comitê gestor, que vai pra âmbitos nacionais, uma oportunidade de visibilidade. Está sendo uma honra pra APA trabalhar nesse território é muito bom ter o Conselho de Defesa atuando aqui, agradeço a oportunidade. Bruno do ICMBIO fala sobre a revisão de plano de manejo, como destaque visto que pela uma vez aconteceu que as comunidades defenderam esse plano de manejo, foi aprovado quase que na íntegra com pequenas modificações. Teremos ônibus previsto para o evento e o ICMBIO também no apoio. Márcio da Prefeitura de Maricá e Secretaria de Direitos Humanos explica que a Maria iria vir para conversar hoje mais foi marcada com a Procuradoria, agradeceu mais não tem maiores informações. Monalyza gostaria de esclarecer o que foi posto na reunião de Maricá nos solicitamos a Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública do Estado que fizessem uma convocação ao Estado que o Prefeito recebesse o

conselho Indígena para tratar dessa pauta encaminhamos também para o Ministério Público do Estado uma vez que foi a prefeitura que fez a remoção. Tentamos na base do diálogo é a nossa proposta do conselho, uma vez que não conseguimos nos encaminhamos o pedido para que as Defensorias e o Ministério para convocarem o Prefeito e o Procurador para essa reunião. Então em questão de Maricá isso está encaminhado de forma jurídica e nós estamos esperando o resultado. Monalyza continua a fala dizendo que sobre a aldeia de Mata Verde Bonita. Temos uma questão anterior a chegada dos Aldeados, pois surgiram informações que as terras seriam de posse de um grupo denominado de “Espanhóis” que teria como responsável o CEO David, nós pedimos para que fosse feito um levantamento sobre a legitimidade desses fatos apresentados, porque também a uma questão de APA naquela área existem algumas informações contraditórias sobre esse assunto. Fomos orientados pela Defensoria Pública que estava na última reunião de que a Prefeitura tem condições de fazer a desapropriação para que essa comunidade fique lá. O Sr. Carlos Tukano informa que o empresário David recebeu o e-mail do defensor público e não respondeu e que o ambientalista Sérgio Matos fez o contato com ele na sexta feira e disse que a princípio o Sr. David reconhece os compromissos feitos com a Aldeia e ficou de promover uma reunião com a comissão de territórios, com o CEDIND e os representantes da Aldeia. A princípio se fez uma promessa de doação de terra mas não há litígio. Enquanto isso a Prefeitura não pode fazer nenhum investimento público em uma terra supostamente privada, agora é esperar o Sr. David voltar da sua viagem à Espanha para que se confirme se há ou não essa doação de forma escritural. Monalyza aproveita para esclarecer aos Caciques da região que houve uma falha de comunicação na nossa reunião de dezembro do Conselho, nós aprovamos que faríamos reunião em todas as aldeias, incluindo todas as Aldeias de Paraty, Angra dos Reis e todas as Aldeias de Maricá, quero deixar claro que está escrito em ata que não houve em nenhum momento a fala isolada dizendo que só faríamos reunião aqui em Paraty Mirim, isso nunca existiu. Reforço a necessidade de se fechar um calendário para que nos ajude a mobilizar tanto em questão de transporte como alimentação. Para finalizar quero pedir a plenária só um exercício rápido quem aqui é do Governo do Estado? Deixar claro aqui que o compromisso com o Governo do Estado do Rio de Janeiro de apoiar as comunidades Aldeadas estão aqui representadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Secretaria de Estado e Educação, Secretaria de Estado e Saúde e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e a Secretaria de Estado e Agricultura, nós fazemos a parte de Conselho, não estamos à parte do Conselho e nem fora; reforço o nosso compromisso por quem está aqui, e quem tem compromisso com a causa, não estamos aqui porque nosso chefe mandou, pelo contrário, as vezes a gente tem que brigar dentro de nossas estruturas para estar aqui, mas fazemos nosso trabalho e o compromisso que estamos inteiramente disponíveis para este Conselho. Então quero dizer que o nosso compromisso como Estado está sendo posto, chamamos os parceiros do Município, nós chamamos o Prefeito para estar aqui como a Cultura chamou o presidente da Secretaria de Cultura para estar aqui, assim como a Saúde fez os seus contatos, mas as pessoas não estão aqui, o nosso trabalho é de continuar insistindo com os parceiros municipais para que eles estejam aqui, então eu quero que hoje todos os Caciques saiam daqui com isso em mente, que nós estamos presentes, tudo que a gente pode fazer nós estamos fazendo. O Sr. Domingos fala que gostaria de lembrar a todos, como há representantes do Estado aqui, nós tivemos dois dias de

reunião sobre os banheiros ecológicos, que estavam aqui presentes a Prefeitura, FUNAI, EletroNuclear e INEA isso foi no início de 2017 enquanto isso foi apontado que o Ministério Público Federal obriga a EletroNuclear fazer o seu papel nas áreas indígenas, mas isso não aconteceu até hoje, então os técnicos de construção foram fazer orçamento na Aldeia de Sapukai nas fossas, nos banheiros e explicar como iria ser feito, se não seria feito igual ao que a SESAI fez seria mais ecológico e hoje só fizeram um banheiro na escola de Sapukai. Ninguém veio mais aqui, nenhum representante falou mais nada. A EletroNuclear iria contratar uma empresa para que construísse os banheiros ecológicos que levaria no máximo 45 dias para começar os trabalhos. Hoje todos precisam de saneamento, esgoto e água, tudo isso faz parte da saúde e foi por isso que levantei esse assunto. A Sra. Thatiana fala que existe essa promessa da EletroNuclear gostaria de falar sobre a promessa da EletroNuclear esse compromisso saiu durante o Encontro de Direitos Indígenas que aconteceu em Paraty essa reunião aconteceu no início de 2017, a Dra. Cristina era a procuradora na época na região e eu tenho alguns documentos aqui, tenho ata dessa reunião ela fez uma reunião que inclusive ela chamou também o observatório para participar era pro observatório e o fórum estarem apoiando em sentido da técnica, e da tecnologia da informação. Mas depois a EletroNuclear deixou a gente bem de fora, parecia que não queriam mais conversar não chamavam mais a gente, enfim a gente está querendo retomar isso também de repente o observatório fazer um ofício, o Conselho, e a Secretaria fazer outro, eu vou reunir tudo que eu tenho relacionado a esse assunto e tem uma ação civil pública que foi proposta pelo Ministério Público Federal e ela já tem uma sentença condenando a União a fazer os banheiros e tudo isso. Tem sentença Judicial tem compromisso Administrativo com a EletroNuclear e o Ministério Público a fazer e simplesmente as pessoas param no meio do caminho com as coisas que se comprometem, talvez quem tenha mais força para fazer que de fato a EletroNuclear cumpra do início ao fim, e que temos que colocar um prazo, porque tem que ser uma coisa muito mais rígida aí eu acho que o Ministério Público seja a “pessoa ideal” para isso. Monalyza fala que talvez o Ministério Público poderia transferir o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) da EletroNuclear para outra Instituição fazer um plano de trabalho para executar a ação da construção dos banheiros ecológicos, Thatiana diz que não é um caso de TAC e sim um compromisso administrativo, ou pode ser que tenha mudado para TAC e ela não tenha tido acesso a isso. Monalyza diz que talvez devesse converter isso então para um TAC. Thatiana diz que a EletroNuclear tem condicionantes relacionadas a Angra II que ela não cumpriu. Nessas condicionantes ela teria que investir nas aldeias e nos quilombos e tem um projeto feito pelas aldeias da região que foi entregue e o que o Ministério Público conseguiu fazer de uma maneira mais rápida o projeto das Aldeias era muito maior com um recurso maior porém eles falaram que não podiam se comprometer e nesse dia que estávamos aqui discutindo a saúde indígena e os grandes investimentos, porque no dia veio a Petrobrás a EletroNuclear e eles se comprometeram com o Ministério Público e de fato começaram a fazer lá no Bracuí e depois pararam, nós precisamos botar pressão para haver uma retomada. Monalyza diz que o que o conselho pode fazer é criar um texto em conjunto com os documentos que a Sra. Thatiana tem para disponibilizar e encaminhar esse ofício às instituições. Luiz Henrique da UNIRIO fala a respeito dos banheiros ecológicos e responde o questionamento sobre se a Aldeia pode fazer esses banheiros, ele explica que é um modelo alternativo mas que demanda um conhecimento mínimo de engenharia sanitária que tem formas menos dispendiosas e

acabamentos melhores para usar, enfim que tem que ter um acompanhamento e eu não sei se a comunidade teria a serenidade e a disponibilidade de mão de obra para dar andamento às demandas e das necessidades que esse projeto tem, a ideia é que se mantenha o projeto ecológico, porque na legislação, na área rural cabe ao indivíduo que vive na terra fazer a sua escolha, ele pode fazer um biodigestor, um sumidouro, uma fossa que são modelos tradicionais que têm o nível de saturação muito inviável para áreas isoladas como Araponga o melhor modelo são os ecológicos porque de alguma forma o esgoto é aproveitado pela evaporação, por biodigestor usando em forma de adubo enfim eu acho só que tem que ter um suporte técnico e operacional sim. Monalyza dá a fala ao Cacique Félix que faz seu depoimento todo em Guarani.

8.2. Prosseguimento da reunião ordinária:

Monalyza pede um minuto para fazer uma pergunta e quer saber se todos estão de acordo, questiona se todos concordam em realizar as reuniões ordinárias do CEDIND todas as últimas sextas-feira do mês. O Sr. Nino diz estar preocupado com o andamento do professor contratado, não tem espaço físico para sala de aula, nem infraestrutura em sua aldeia, está com carência de professor e que o contrato saiu a 2 meses. O Sr. Domingos pergunta sobre o ensino médio em Bracuí, a Sra. Roseday da secretaria de Estado e Educação responde que a parte burocrática está toda feita, o que falta é questão da estrutura. Thatiana pergunta se existe alguma perspectiva ou alguma informação de algum processo na Secretaria de Educação? Pra deixar as extensões e fazer de fato as escolas indígenas. Roseday responde que há um processo e que se encontra arquivado e diz que essas questões não são do setor dela. Essa parte é infraestrutura e que os órgãos responsáveis que tem que responder sobre isso e que existe uma subsecretaria para isso. Marize diz que tudo isso discutido hoje sobre educação são coisas muito sérias e que tem uma proposta já que foi feita uma audiência pública em 2017 muitas promessas foram feitas e não foram cumpridas falaram que não iria ter problema com contratação de professores. Foi feito um coletivo dentro do CEDIND sobre a educação esse coletivo tem que participar das reuniões estar presentes monitorando tudo a segunda proposta que irei fazer é: estou me dispondo eu vou em todas as aldeias ficarei dois em cada uma delas, eu quero escutar a comunidade, tirar fotos, montar um dossiê. Porque se fizer isso em cada aldeia nós teremos iniciado para que daí sim, nós acionarmos a Defensoria e o Ministério Público para a gente exigir que parte desse dinheiro que foi desviado venha a estruturar nossas Aldeias, nenhuma extensão de sala de aula foi construído com o dinheiro do Estado. O Sr. Domingos questiona que para o magistério indígena na aldeia os alunos têm que fazer o caminho até a escola no Centro de Angra a noite, enquanto os professores não podem ir nas Aldeias a noite dar aula (Magistério). Thatiana pede pra tirar uma dúvida sobre magistério indígena, diz que sabe que é uma luta muito longa que se tenta esse magistério que tinha até uma ação judicial que tinha até sentença condenatória mas me parece que os professores são voluntários. Roseday explica que chegou a secretaria em 2014 a história do magistério indígena estava rolando desde 2001, aí comecei a assumir a educação indígena procurei levantar as coisas, em 2001 tinha um processo, porque na última ação o Ministério Público bateu o martelo que se não tivesse o magistério indígena o Ministério da Educação iria pagar 50 mil aos indígenas, aí a estruturação pedagógica já estava toda pronta pra poder

começar mas teria que ter alguém para assumir isso porque a Secretaria não tinha professores indígenas então a parceria foi feita com a UFF (Universidade Federal Fluminense), que apresentou um projeto, o subsecretário na época gostou viu a viabilidade então a UFF iria entrar com os professores e o Estado iria dar as despesas. O que a gente precisa fazer já começou já está acontecendo agora só precisamos sentar e ver a mudança de horário e se tem essa possibilidade. O Sr. Nino pede reunião com a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino). Nino fala sobre as outras 4 reuniões para fazer em Paraty e pediu a participação da Prefeitura de Paraty e a Saúde também. Gostaria de no final tirar foto com todos pra mandar pro grupo do movimento, agradece a presença de todos. Pedro fala sobre as necessidade da aldeia e fala que o prédio das crianças foi conseguido com dinheiro da Itália mas não tem sala o suficiente e que as salas de extensões não são reconhecidas como colégio, queremos que o Estado ou Município reconheça nossos colégios. Nós não queremos que nossos filhos estudem fora queremos eles aqui estudando dentro da Aldeia, a gente vem sofrendo, queria um encaminhamento, o Estado tem dificuldade para trabalhar conosco e prevemos que hoje nosso colégio está sendo esquecido, não temos material didático. A gente quer que o município garanta a Educação queremos municipalizar a escola de Itaxin e Araponga, que o Estado tem recurso para melhorar a educação só falta a prática. Essa é a proposta! Essa é minha fala e eu tenho certeza que o conselho irá ajudar a gente. Thatiana fala que fica preocupada e diz que é importante conhecer a história da educação municipal que é muito séria que tem escolas caiçaras que está sem a oferta de ensino, na próxima reunião você ficarem mais integrados enfim eu tenho uma preocupação grande com isso depois pode ser que o município ainda complique mais a situação de vocês.

9. Depoimentos finais.

Tukano encerrando a reunião termina falando sobre a Aldeia Maracanã que é importantíssimo, temos o problema do antigo museu do índio, tem pessoas que se aproveitam da situação e querem ser heróis dos povos indígenas. Nós mandamos um repúdio E entregamos na presidência para aqueles que nos chamaram de lixo urbano para que o conselho de ética para que obrigasse a eles a pedirem desculpas para os povos indígenas de todo brasil e esse processo foi arquivado. Estamos com esses documentos qui e cobrando, estou me retirando do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e me dedicando ao CEDIND inteiramente, nós temos que refazer uma carta a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro porque estão desmerecendo nossa luta, tem “cracudos” se passando por indígenas. Então o CEDIND é fruto desse nosso trabalho desde 2006. Temos Cobrar do governo o que eles vão fazer, eu quero conscientizar vocês ninguém inventou nenhuma história que aquele prédio seria Centro de Referência de Cultura Viva dos Povos Indígenas e não uma universidade. Foi mandando a proposta de 2013 ao novo Governador Wilson Witzel mandou recado que aquela restauração prédio seria responsabilidade dele nos 100 primeiro dias de mandato. Vamos retomar com o Governo para que isso se concretize, isso que eu queria passar pra vocês.

10. Encaminhamentos:

Fica acordado com todos os conselheiros após debate que as próximas reuniões serão:

29/03 - ParatyMirim (Pedro/Elio)

31/05 - Araçuaia (Nino)

28/06 - Rio Pequeno (Demercio)

02/08 - Ipiranga (Apuirã/Açucena)

30/08 - Bracuí (Domingos)

27/09 - Contexto Urbano

- **Educação:** Aldeia Pataxó Incluir a Escola na Aldeia; Educação diferenciada para a criança por cota;
- Reabrir processo na Secretaria de Educação que não teve andamento porque segundo informações não teve engenheiro. CEDIND fazer ofício para reabrir esse processo para escola em Paraty;
- Marcar uma reunião com as comunidades para que entendam com que funciona o sistema;
- Verificar possibilidade de carro para Marize para dia 6 de maio buscando no dia 15 para que seja feita os levantamentos nas Aldeias.

Legenda:

**Jurua (palavra de origem Guarani que significa não indígena).*

Eu, Monalyza Ferreira Alves Pereira (ID: 4325704-6), lavro a presente ATA com a outorga de todos.